

Aluno (a): _____

Nº _____

PROPOSTA DE REDAÇÃO – 1ª SÉRIE:

Texto I - Universitários abusam de remédios tarja preta: compra clandestina é fácil

Ansiedade, estresse, cansaço excessivo, falta de atenção. Para evitar que problemas como esses atrapalhem os estudos, alguns universitários estão seguindo um caminho perigoso: o da automedicação, usando remédios controlados, vendidos só com receita e indicados para tratar transtornos que não têm.

É o caso de um estudante de Direito, de uma universidade privada do Rio de Janeiro. Por indicação de um amigo, ele começou a tomar Ritalina (substância psicoativa/psicotrópica), para driblar o cansaço e “ficar ligado” quando chega a época de provas ou precisa finalizar trabalhos. A Ritalina é um medicamento indicado para o TDAH — Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade. “Sei dos riscos, mas sem o remédio eu fico sem bateria para estudar, dificulta muito”, disse o estudante que, mesmo sem receita, comentou que foi fácil comprar o medicamento tarja preta: “Meu amigo conhecia um colega que vendia sem prescrição”.

Realmente, adquirir esse tipo de remédio no mundo universitário foi uma tarefa simples até para a reportagem de VivaBem. Após conversar com alguns alunos da USP, que pediram para manter sua identidade em sigilo, ficamos sabendo da existência de uma conta comercial no WhatsApp chamada “USP Tarja Preta”, que vende remédios controlados sem receita.

O perfil promete entregar os medicamentos gratuitamente na Cidade Universitária da USP (Butantã), nas faculdades de Medicina e Saúde Pública da USP (ambas na Avenida Dr. Arnaldo) e na Universidade Mackenzie, todas em São Paulo. Em outros locais da cidade os produtos são enviados por aplicativos de entrega. Já em outros municípios e estado, o envio é feito pelo correio.

Entramos em contato com o vendedor, que disse ser estudante da USP, para tentar comprar um calmante que só é vendido com prescrição. A negociação foi simples e rápida. O medicamento chegou cerca de dez dias após o pedido. Combinamos a retirada na Cidade Universitária. Depois de receber o pagamento em dinheiro, o rapaz nos entregou o remédio (que está na foto de abertura desta reportagem) com a embalagem lacrada e aparentemente original, sem fazer nenhuma pergunta.

Fonte: UOL

Texto II - Drogas Psiquiátricas – Efeito Secundários

Os psiquiatras não podem prever que efeitos secundários adversos que podem ocorrer, porque nenhum deles sabe como funcionam as drogas.

As drogas psicotrópicas estão, cada vez mais, a ser expostas como toxinas químicas com o poder para matar. Os psiquiatras declaram que as suas drogas salvam vidas, mas de acordo com os seus próprios estudos, as drogas psicotrópicas podem duplicar o risco de suicídio. E o uso a longo prazo tem provado criar uma vida de prejuízo, um facto ignorado pelos psiquiatras.

Efeitos secundários comuns e bem documentados dos medicamentos psiquiátricos incluem mania, psicose, alucinações, despersonalização, ideias suicidas, ataque cardíaco, acidente vascular cerebral e morte súbita.

Fonte: Comissão dos Cidadãos para os Direitos Humanos

PROPOSTA DE REDAÇÃO: Depois de lido o material de apoio, considere a manchete a seguir para a redação de uma Notícia:

UNIVERSITÁRIOS PRESTAM A ÚLTIMA HOMENAGEM AO COLEGA DE CLASSE

Corpo foi encontrado nos fundos do prédio – policiais não descartam a sobredosagem de substância psicotrópica

Você já sabe, mas não custa lembrar...

Notícia é o registro de informações recentes – um acidente, um assalto, uma briga, o desabamento de um prédio, um naufrágio, a alta do preço da gasolina, uma enchente etc. É veiculada em jornais.

TÍTULO e SUBTÍTULO da notícia são chamados, respectivamente, MANCHETE e LINHA FINA.

A manchete é uma frase curta, de sentido completo e de fácil/rápido entendimento. É preciso usar palavras-chave da notícia para compor a manchete, que deve ter, preferencialmente, mais verbos de ação e substantivos do que palavras de outras classes gramaticais.

Na manchete, os verbos são empregados no Presente do Modo Indicativo, não só porque isso sugere o “agora há pouco” do fato (alvo da notícia), como também porque esse tempo verbal já se tornou estratégia para aguçar o interesse pela leitura da matéria completa.

A linha fina é um fragmento recolhido (e, por vezes, adaptado) do texto. Tanto na linha fina quanto no corpo da notícia, geralmente, são empregados verbos no Passado Perfeito ou Imperfeito do Modo Indicativo – até porque são noticiados fatos que ocorreram num passado muito recente.

IMPORTANTE: a coerência verbo-temporal também deve ser objeto de cuidadosa revisão textual.

LIDE JORNALÍSTICO: O primeiro parágrafo de um texto do campo jornalístico informativo, como Notícia e Reportagem, deve conter o lide (ou “cabeça” da notícia). A expressão inglesa “lead” significa “primeiro” ou “guia”, e é essa a finalidade do parágrafo inicial de um texto informativo - levar ao conhecimento do leitor, de maneira sintética/enxuta, os principais pontos da matéria. Desse modo, o lide assemelha-se a um miniconto, uma vez que, para construir o lide, o jornalista deverá encontrar respostas curtas para os elementos: O QUÊ?; QUEM?; ONDE?; QUANDO?; POR QUÊ?; COMO? e ENTÃO...

O corpo da notícia (parágrafos seguintes) contém os pormenores da matéria – os fatos são relatados numa ordem decrescente de importância, ou seja: do fato mais ao menos importante.

A notícia é escrita, preferencialmente, na 3ª pessoa do discurso – em tese, os fatos são relatados sem intromissão/crítica/opinião do jornalista.

PROPOSTA DE REDAÇÃO – 2ª SÉRIE:

O “Lugar De Fala” Ameaça a Liberdade de Expressão?

Por Murilo Araújo

O conceito de “lugar de fala” tem se mostrado um dos temas mais polêmicos do debate público contemporâneo, especialmente quando consideramos alguns círculos ativistas, ou debates sobre a realidade das chamadas “minorias” sociais – negros, mulheres, LGBTs e outros grupos. (...) De modo geral, o debate sobre os tais lugares de fala se converteu num quiproquó generalizado, em que as pessoas se debatem para decidir simplesmente quem “pode” ou não falar sobre este ou aquele assunto – se pessoas brancas podem ou não falar sobre racismo; se homens podem ou não falar sobre machismo; se heterossexuais “possuem” ou não “lugar de fala” para falar sobre homofobia... e assim por diante. (...)

De um lado, estão os que defendem a necessidade de que apenas membros de determinadas minorias falem a respeito dos sistemas de opressões e violências que vivenciam, exatamente por poderem falar a partir destas vivências e experiências, enquanto pessoas afetadas por estes sistemas. Do outro lado, estão os que argumentam que qualquer pessoa pode ser capaz de entender qualquer assunto, tendo ou não passado por alguma vivência, de modo que todas as pessoas devem ter o direito de participar “igualmente” de todos os debates – neste caso, para este grupo, a ideia de “lugar de fala” seria não apenas um conceito equivocado, como também uma tentativa de silenciamento e uma ameaça à liberdade de expressão.

Cá, no meio do caminho, eu penso que as duas visões tenham as suas devidas parcelas tanto de razão quanto de equívoco. E o problema, para além da polarização, é que a própria noção de “lugar de fala” que está em jogo aí acaba nivelando a discussão por baixo. Afinal, “um lugar de fala” não é – ou não deveria ser – uma espécie de palanque de minorias pré-determinado, onde só alguns são “autorizados” a subir. Não é disso que se trata. Assim sendo, para que essas discussões sejam mais frutíferas, penso que seja necessário dar um passo atrás, e rediscutir o que é mesmo que estamos chamando de “lugar de fala” – de um lado, para não usarmos o conceito de forma rasa e pouco produtiva; de outro, para também não corrermos o risco de simplesmente abandonarmos o conceito, como se ele não tivesse nenhuma utilidade.

Para empreender esse esforço, quero me remeter especialmente à discussão da filósofa indiana Gayatri Spivak, no ensaio “Pode o subalterno falar?” – um livro fundamental que, a propósito, inspirou o título do excelente texto de Djamilia Ribeiro publicado (...) no Dissenso.org. Em suas reflexões (...), Spivak direciona uma crítica a toda uma tradição de estudos sociais produzidos por pensadores e pesquisadores que sempre se dedicaram a estudar a “subalternidade”, mas sem que nunca propusessem um espaço para que os próprios sujeitos “subalternos” pudessem falar por si mesmos.

Neste caso, o efeito direto é que, por mais que a condição de “subalternidade” esteja sendo discutida, ela acaba sendo alimentada, também, por meio do silenciamento de sujeitos que nunca ganham espaço para falar de si e por si, sem conquistar alguma dimensão de autonomia dentro destes debates. São casos em que as vozes dos sujeitos em posições de prestígio social seguem sendo mais ouvidas e mais respeitadas, e as existências e as realidades “subalternas” até ganham alguma “visibilidade”, mas sempre sob tutela, na posição de objeto e nunca na posição de

sujeito. Posso mencionar, como exemplo, a ementa de um curso sobre “estudos transgêneros” que vi recentemente, que quase não tinha autoras ou autores transgêneros na bibliografia, sendo que estes autores existem e têm uma produção teórica cada vez mais abundante e relevante. (...) Acredito que a própria expressão “lugar de fala” nos remete a uma outra reflexão importante: a ideia de que todas as pessoas falam a partir de algum lugar. Com isso, quero apontar para o fato de que todos nós ocupamos certas posições e papéis sociais, que invariavelmente impactam a maneira como compreendemos o mundo e a maneira como construímos as nossas opiniões sobre as coisas.

<http://dissenso.org/o-lugar-de-fala-ameaca-a-liberdade-de-expressao/>, com ajustes e cortes

CONTEXTUALIZAÇÃO E COMANDO: A revista “Comportamento & Cia”, na edição desse mês, trará uma reportagem sobre a polêmica instaurada a partir da noção de “O lugar de fala”. Escreva o Editorial, adotando linguagem compatível com o público ao qual se destina a revista, qual seja os jovens, os quais ainda não conhecem esse tema.

SÓ PARA LEMBRAR...

O EDITORIAL é um texto de caráter expositivo-argumentativo, veiculado em jornais e revistas. O editorialista focaliza um tema atual e polêmico, de viés político, econômico, social, educacional etc., a partir do qual firma suas argumentações. O Editorial surge nas primeiras páginas do jornal ou da revista, e explora, geralmente, a matéria da capa.

Como fazer um EDITORIAL?

- . O texto é breve – aproximadamente, 25 linhas.
- . A linguagem depende do público-alvo – é preciso considerar, entre outros aspectos, o caráter da revista/jornal (científico, religioso, jurídico, político etc.) e, conseqüentemente, a faixa etária dos leitores.
- . A estrutura segue a dos demais gêneros de caráter dissertativo: apresentação do tema, tese, discussão e conclusão.
- . É escrito, preferencialmente, na 3.^a pessoa do singular.
- . Não leva título nem assinatura

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
3. A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
- 4. Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
 - 4.1. Tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo consideradas “texto insuficiente”.
 - 4.2. Fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
 - 4.3. Apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.